

**HABEAS CORPUS Nº 548.412 - PR (2019/0356073-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : BRUNO LESCHER FACCIOLLA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS - SP173163  
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - SP163657  
MARCIO MARTAGÃO GESTEIRA PALMA - DF021878  
JOAO ANTONIO SUCENA FONSECA - DF035302  
BRUNO LESCHER FACCIOLLA - SP0422545  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : WILSON QUINTELLA FILHO

**DECISÃO**

1. Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **WILSON QUINTELLA FILHO**, contra v. acórdão proferido pela 8ª Turma do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos do Habeas Corpus n. 5041551-56.2019.4.04.0000/PR. Segue a ementa do acórdão:

*"OPERAÇÃO LAVA-JATO'. HABEAS CORPUS. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. PROIBIÇÃO DE DEIXAR O PAÍS. PEDIDO ALTERNATIVO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS AO EXTERIOR. DENEGAÇÃO DA ORDEM.*

*1. A proibição de deixar o país é medida cautelar alternativa à prisão preventiva, que se revela adequada, proporcional e razoável à situação do paciente, tendo sido devidamente fundamentada de acordo com as circunstâncias dos autos.*

*2. Não restou devidamente comprovada a imprescindibilidade de deslocamento do paciente ao exterior, a justificar a excepcionalidade da relativização da medida cautelar.*

*3. Ordem de habeas corpus denegada."*

No presente **mandamus**, os impetrantes relatam que o Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba/PR, nos autos do Pedido de Busca e Apreensão Criminal n. 5054024-60.2018.4.04.7000, impôs a medida cautelar de apreensão do passaporte do paciente e indeferiu pedido de autorização de viagens para o exterior, neste último caso sob o fundamento de que a necessidade de deslocamento para exercício de atividade profissional não haveria sido

comprovada pela Defesa.

Sustentam, nesse cenário, que a medida cautelar de proibição de viagens ao exterior tem justificativa apenas quando houver risco à aplicação da lei penal - fundado risco de fuga -, circunstância que não se teria evidenciado na espécie. Nessa esteira, afirmam que proibir viagens ao exterior por motivo de lazer ou quando não se comprovar a necessidade profissional configura desvirtuamento das finalidades da medida e implica antecipação da pena.

Salientam que o paciente está em liberdade há cerca de um ano sem que tenha infringido quaisquer das condições estipuladas pela autoridade judiciária, ao passo que, por possuir patrimônio vultoso e filha menor no Brasil, não teria interesse em evadir-se para o exterior.

Referem que as medidas cautelares não podem ser decretadas com base em presunções ou fatos abstratos e genéricos, o que, propõem, teria ocorrido na presente hipótese, visto que não haveria nenhum elemento concreto e objetivo que aponte o risco à aplicação da lei.

Acrescentam que o paciente demonstrou a efetiva necessidade profissional de empreender viagem à Itália para travar negócios com o Sr. Valério Bertuccelli, representante da Waste Management Italia, mediante cópia de termos de parceria firmados com essa empresa e carta do Sr. Valério em que seria comunicada a disponibilidade de técnicos da instituição para receber o paciente. Assinalam ainda que a parceria com a Waste Management Italia foi celebrada em momento anterior ao da decretação das medidas cautelares.

Requerem, em pedido liminar, *" seja autorizado a empreender viagens ao exterior, sempre mediante comunicação ao juízo de primeiro grau, apresentação de passagens aéreas e locais de estadia, e sob a condição de depositar o passaporte em juízo a cada retorno, até o julgamento final deste writ"* (fl. 18).

No mérito, pugnam pela concessão da ordem para revogar a medida cautelar do art. 320 do CPP, com a restituição do passaporte do paciente, ou, alternativamente, pela confirmação da liminar, a fim de que o Juízo da 13ª Vara

Federal/PR autorize o paciente a realizar viagens internacionais, mediante prévia comunicação e apresentação de passagens aéreas e de locais de estadia e sob a condição de depositar o passaporte em juízo a cada retorno.

É o relatório. **Decido.**

**2. No presente mandamus**, a Defesa requer a revogação da medida cautelar de proibição de viagens ao exterior ou, alternativamente, que esta Corte Superior determine que o Juízo da 13ª Vara Federal/PR autorize o paciente a realizar viagens internacionais, mediante prévia comunicação e apresentação de passagens aéreas e de locais de estadia e sob a condição de depositar o passaporte em juízo a cada retorno.

Ao decretar a prisão temporária do recorrente, o Juízo de 1º Grau teceu as seguintes considerações a respeito do risco à aplicação da lei penal (fls. 41-42):

*"Relativamente aos fundamentos da preventiva, há, em princípio, um risco claro de reiteração delitiva e à aplicação da lei penal.*

*Em cognição sumária, o investigado Wilson Quintella Filho, na qualidade de responsável pelas empresas Estre, Pollydutos e Estaleiro Rio Tietê, teria pagado o equivalente a vinte milhões de reais, em favor de José Sérgio Machado de Oliveira e demais agentes públicos e políticos, que teriam sido repassados a escritório de advocacia, de forma dissimulada, a título de prestação de serviços, sacados de forma estruturada e entregues em espécie com a intermediação de terceiros.*

*Não se tem presente a localização atual integral do produto do crime.*

*Há então risco de que o produto do crime seja submetido a novas condutas de ocultação e dissimulação e ainda do esvaziamento dos direitos de seqüestro e confisco do produto do crime.*

*Aparentemente, ainda, Wilson Quintella Filho estaria relacionado a outros esquemas criminosos, conforme relatos dos colaboradores Paulo Roberto Costa, Luiz Fernando Nave Maramaldo e Adir Assad.*

*Paulo Roberto Costa declarou que Wilson Quintella era próximo de Fernando Antônio Falcão Soares, e que, para manter bom relacionamento com a Petrobras e suas subsidiárias, pagou vantagens indevidas a Fernando Soares, que acabou por repassar R\$ 1,4 milhão a Paulo Roberto Costa. Segundo o colaborador, Wilson Quintella tinha interesse futuro na construção de um estaleiro privado para a produção de barcas e empurradores destinados ao transporte de etanol entre o Mato Grosso e o Estado de São*

*Paulo (hidrovia Paraná-Tietê) para a Transpetro (evento 1, anexo 36).*

*Luiz Fernando Nave Maramaldo, por sua vez, declarou que José Sérgio de Oliveira Machado condicionou a contratação da NM Engenharia, para o serviço de manutenção e reabilitação de dutos da Transpetro, trajeto sul-leste, ao pagamento de propinas, no percentual de 5,5% sobre o valor dos contratos, e que fosse realizado consórcio com a empresa Pollydutos, de Wilson Quintella. Que ao final a NM Engenharia precisou assumir operacionalmente a obra, já que a Pollydutos não tinha experiência na área, e que foi realizado um aditivo sobre o qual igualmente foram pagas propinas no percentual de 5,5% (evento 1, anexo 40).*

*Adir Assad, por sua vez, reconheceu haver praticado atos de lavagem de dinheiro, em favor do Grupo Estre, por meio do Consórcio Soma, pois a Delta tinha negócios com a empresa. Segundo o colaborador, ele teria gerado, no ano de 2012, R\$ 6 milhões em espécie para serem destinados a Wilson Quintella, pois esse teria "compromissos políticos a pagar" (evento 1, anexo 38).*

*Apesar da aparente presença dos pressupostos e fundamentos da preventiva, é mais apropriado acolher no momento o pedido subsidiário da prisão temporária." (fls. 41-42, grifei).*

Ao converter a prisão temporária em prisão preventiva, para depois substituí-la por medidas cautelares diversas, o Juízo de 1º Grau reportou-se a esses mesmos fundamentos, entendendo presentes elementos que evidenciavam o risco à aplicação da lei penal e, por conseguinte, exigiam a proibição de viagens ao exterior.

Por seu turno, o e. Tribunal **a quo** assim examinou a **questão** (fls. 25-27):

*"2. A decisão indeferitória não destoa do entendimento registrado pela 8.ª Turma em casos semelhantes relacionados a "Operação Lava-Jato", notadamente porque compatível com os fatos e circunstâncias apurados nos procedimentos originários.*

*2.1. A prisão preventiva foi substituída por cautelares diversas, dentre elas, a proibição de ausentar-se do país, ora impugnada. Na ocasião, houve concordância do paciente, tendo firmado termo de compromisso que se encontra juntado ao evento 117 (ALVSOLTURA1).*

*[...]*

*Mostra-se inviável, nessa perspectiva, a revogação das medidas cautelares, dentre elas a proibição de deixar o país.*

*O fato de o paciente ter relações profissionais com empresa sediada no exterior não modifica o contexto em que foram fixadas as cautelares e não justificam o pedido de revogação.*

2.2. A análise do caso não pode se distanciar do contexto revelado quando da decretação da prisão temporária do paciente, posteriormente substituída. Disse a autoridade coatora na decisão do evento 03:

[...]

Nesse quadro, não vejo como revogar a singela medida cautelar de proibição de ausentar-se do país, dada a sua compatibilidade com o caso examinado. Nesse sentido:

[...]

3. Também não merece guarida o pedido alternativo de autorização de realização de viagens, mediante comunicação, apresentação de passagens aéreas e locais de estadia, e sob a condição de depositar o passaporte em juízo a cada retorno.

Como bem observou o órgão ministerial em parecer, "ao contrário do que afirmam os impetrantes, as ponderações da autoridade dita como coatora, notadamente quando refere a possibilidade de viagens profissionais, coadunam-se, precisamente, com o atual estado das investigações e, inclusive, da instrução penal. Embora os impetrantes pretendam a inversão da lógica, evidente que mesmo a necessidade de imposição de limitações ao paciente para fins de garantia da instrução e persecução penal pode ser vista com parcimônia e, eventualmente, mitigada, de acordo com critérios de proporcionalidade ou razoabilidade.

É dizer, admite-se, em situações excepcionalíssimas e, neste momento processual em que ainda pendente de confirmação judicial os fatos imputados, a relativização da cautelar, sendo, entretanto, necessário que o acusado, ao qual impostas as restrições cautelares, evidencie, de forma cabal, que é imprescindível o afastamento do distrito da culpa, justificando-o em motivo relevante, temporário e devidamente comprovado por meios que indiquem a inexistência de risco de evasão, bem como que não fragilizará a instrução, tampouco o cumprimento de eventual condenação.

Entretanto, na espécie, não se verifica mínima comprovação das alegações dos impetrantes.'

Com efeito, não restando devidamente demonstrada a imprescindibilidade das viagens, não se justifica o pedido.

Ante o exposto, voto por denegar a ordem de habeas corpus." (fls. 25-27).

Nos limites da cognição **in limine**, as decisões das instâncias ordinárias não se afiguram incompatíveis com a legislação de regência da matéria e com a jurisprudência desta Corte Superior. Nesse sentido:

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ARTS. 22 DA LEI 7.492/86 E 1º, VI, DA LEI**

9.613/98. EVASÃO DE DIVISAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. OPERAÇÃO CURAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA À PRISÃO FIXADA NA SENTENÇA. PROIBIÇÃO DE VIAGEM AO EXTERIOR E APREENSÃO DE PASSAPORTE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU. INOCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

*I - A reforma processual procedida pela Lei 11.719/08 determinou que é dever do magistrado, ao negar o direito do réu de apelar em liberdade, decidir, quando da prolação da sentença, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de qualquer outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta (art. 387, § 1º, do CPP, renumerado pela Lei 12.736/12).*

*II - No caso, a r. sentença condenatória, ao decretar medida cautelar ao recorrente, consistente no recolhimento do passaporte, apresentou fundamentação idônea, porquanto justificada pelas peculiaridades do caso, bem como para evitar a reiteração das condutas tidas por delituosas, consoante exige a redação do art. 387, § 1º, do CPP (precedentes).*

*Recurso ordinário desprovido." (RHC 52.907/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 10/9/2015, grifei).*

*"HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO ATIVA. MEDIDA ACAUTELATÓRIA DIVERSA DA PRISÃO. IMPOSIÇÃO. PROIBIÇÃO DE VIAGEM AO EXTERIOR SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DA MEDIDA PARA ASSEGURAR A ESCORREITA INSTRUÇÃO CRIMINAL.*

*1. A imposição de medida cautelar diversa da prisão, sempre que possível, valoriza o princípio constitucional da presunção de não culpabilidade, na medida em que fixa a idéia de que a prisão preventiva deve ser decretada em último caso, sempre que medidas diversas se mostrarem insuficientes e inadequadas para garantir a persecução penal.*

*2. A medida acautelatória de proibição de viajar para o exterior sem a prévia autorização judicial, quando imposta com o objetivo de assegurar a escorreita instrução criminal, por si só, não configura constrangimento ilegal.*

*3. Ordem denegada." (HC 209.139/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 18/6/2012).*

**3. Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.** Solicitem-se informações atualizadas e pormenorizadas à Autoridade Coatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator